



Cidade Exposição

# Órgão Diário Oficial Eletrônico do Município de Cordeiro/RJ

Ano V – Número 137 – Cordeiro, 20 de agosto de 2021  
Lei nº 2.157/2017, de 20 de setembro de 2017

Site: [www.cordeiro.rj.gov.br](http://www.cordeiro.rj.gov.br)



Cidade Exposição

**EXPEDIENTE DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO – DOE** Criado pela Lei nº 2.157/2017, de 20 de setembro de 2017, o **DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO/RJ** é uma publicação centralizada e coordenada pela Secretaria Municipal de Governo, através da Coordenação do Diário Oficial.

Os contatos podem ser feitos através do endereço eletrônico [diariooficial@cordeiro.rj.gov.br](mailto:diariooficial@cordeiro.rj.gov.br) ou, ainda, pelo telefone (22) 2551-0145. As edições do **DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE CORDEIRO/RJ** podem ser consultadas através da internet, no endereço eletrônico [www.cordeiro.rj.gov.br](http://www.cordeiro.rj.gov.br), independentemente de qualquer tipo de cadastro. As edições também são armazenadas em meios digital e físico, podendo ser requeridas a qualquer tempo por qualquer cidadão.

**NOTA:** A Prefeitura de Cordeiro garante a autenticidade de todas as edições do DOE, desde que visualizadas através do Sítio Eletrônico Oficial do Município: [www.cordeiro.rj.gov.br](http://www.cordeiro.rj.gov.br).

PREFEITURA DE CORDEIRO/RJ CNPJ: 28.614.865/0001-67 Av.  
Presidente Vargas, 42/54  
Centro – Cordeiro/RJ - CEP: 28500-000  
Tels.: (22) 2551-0145/0616  
E-mail: [prefeitura@cordeiro.rj.gov.br](mailto:prefeitura@cordeiro.rj.gov.br)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIRO

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 267/2021.

EMPENHO N.º 000657

DATA DO EMPENHO: 16/08/2021.

CONTRATADA: CLIMAGEM LTDA, LOCALIZADA À RUA BENEDITO PEREIRA DE SOUZA, Nº 70, CENTRO,

ITAOCARA/RJ, INSCRITA NO CNPJ Nº 01.814.019/0001-34.

OBJETO: REALIZAÇÃO DE EXAME DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA COM SEDAÇÃO.

PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, II DA LEI 8666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 7.750,00 (SETE MIL SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1401.1030200612.154.-3390.39.00-51.

MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIRO

## EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FINANCEIRO N.º 319/2021.

EMPENHO N.º 000656

DATA DO EMPENHO: 16/08/2021.

CONTRATADA: LABORATÓRIO RODOLFO ALBINO DE ANÁLISES E PESQUISAS CLÍNICAS LTDA, LOCALIZADO À TRAVESSA LUIZ CARLOS FALCÃO, Nº 01- SALAS 202 E 203 – PRIMEIRO DISTRITO – CANTAGALO - RJ, INSCRITO NO C.N.P.J Nº 28.612.778/0001-70.

**OBJETO: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.**

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.**

**FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, II DA LEI 8666/93.**

**VALOR GLOBAL: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS).**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1401.1030200612.154-3390.39.00-51.**

**MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIRO

#### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO FINANCEIRO N.º 319/2021.**

**EMPENHO N.º 000655**

**DATA DO EMPENHO: 16/08/2021.**

**CONTRATADA: EXATUS LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLINICAS LTDA, LOCALIZADO À RUA NICOLAU GUZZO, Nº 71, INSCRITO NO C.N.P.J Nº 13.770.344/0001-21.**

**OBJETO: REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.**

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.**

**FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, II DA LEI 8666/93.**

**VALOR GLOBAL: R\$ 62,00 (SESSENTA E DOIS REAIS).**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1401.1030200612.154-3390.39.00-51.**

**MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORDEIRO

#### **EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO FINANCEIRO N.º 291/2021.**

**EMPENHO N.º 000654**

**DATA DO EMPENHO: 16/08/2021.**

**CONTRATADA: CENTRO RADIOLÓGICO DE NOVA FRIBURGO LTDA, LOCALIZADA À RUA PORTUGAL, Nº 40, CENTRO – NOVA FRIBURGO - RJ, INSCRITA NO CNPJ Nº 30.547.509/0001-10.**

**OBJETO: REALIZAÇÃO DE EXAME DE IMAGEM DE ULTRASSONOGRAFIA TRANSFOTANELLA NO PACIENTE LUCAS DE ALMEIDA ALVES.**

**PRAZO PARA EXECUÇÃO: IMEDIATO.**

**FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, II DA LEI 8666/93.**

**VALOR GLOBAL: R\$ 119,70 (CENTO E DEZENOVE REAIS E SETENTA CENTAVOS).**

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1401.1030200612.154-3390.39.00-51.**

**MARCUS DELFRARO DE PAULA CASTRO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

#### **AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Extrato da Ata de Registro de Preços nº 028/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2021**

**PROCESSO Nº. 352/2021**

**Objeto: Ref. a futura e eventual aquisição de material descartável, em atendimento a diversas Secretarias Municipais e IPAMC, conforme especificações,**

quantitativos e condições estabelecidas nos anexos I e II do edital.

Detentor da Ata: Boni Distribuidora de Produtos de Limpeza

Rua Machado de Oliveira, 44 – Linho - Erechim/RS

Vigência da Ata: 12 (doze) meses.

Data de Assinatura: 10/08/2021

Preços registrados: R\$ 20.813,95

ITEM	UNID	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
Sacola plástica para cachorro quente dimensões 25x14cm - embalagem com 100 unidades para cachorro quente - dimensões 25x14 cm - embalagem com 100 unidades	PCT	331	ORLEP LAST	RS 28,65	RS 9.483,15
Touca protetora capilar tamanho único, confeccionada em tule amaciado, com fio de nylon 40 na cor branca, com no mínimo 40cm de diâmetro quando aberta, com elasticidade suficiente e capaz de proteger totalmente os cabelos de forma confortável. Antialérgica, provida de elástico duplo reforçado na borda, com acabamento perfeito, isenta de furos, rasgos ou quaisquer outros defeitos prejudiciais a sua utilização. embalagem com 100 unidades.	PCT	251	PREVE MAX	RS 41,00	RS 10.291,00
COPO de isopor térmico 180 ml para água quente, chá, café, etc. Caixa com 1000 unidades	CX	3	TOTAL PLAST	RS 346,60	RS 1.039,80

#### AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

Extrato da Ata de Registro de Preços nº. 027/2021

Concorrência Pública N°002/2021

Objeto: Futura e eventual contratação de serviços de sondagem (MOBILIZAÇÃO DO EQUIPAMENTO E PERFURAÇÃO – PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO), em conformidade com as especificações deste Edital e de seus Anexos.

Detentor da Ata: RICON GEOLOGIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

RODOVIA RJ 160 KM 13,5 – TREVO DA ALDEIA – CANTAGALO/RJ

Vigência da Ata: 12 (doze) meses

Data de Assinatura: 03/08/2021

Preços registrados: R\$ 87.975,96

ITEM	UNID	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	TOTAL
01	Serviço	12	2.528,13	30.337,56
02	Metros	480	120,08	57.638,40

#### DECRETO MUNICIPAL N° 112

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Cordeiro, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Artº. 6º, Inciso I, da Lei Municipal nº 2486 de 17 de dezembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar na importância de R\$ 583.900,67 (Quinhentos e oitenta e três mil, novecentos reais e sessenta e sete centavos), para reforçar dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro, constantes do Anexo I.

Art. 2º - Os recursos para atender ao Artº. 1º, serão provenientes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal de Saúde de Cordeiro, constantes do Anexo I, nos termos do § 1º, Inciso III do Art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de agosto de 2021.

Leonan Lopes Melhorance  
Prefeito

ANEXO I					
CÓDIGOS			VALORES		
PROGRAMA DE TRABALHO	DESPESAS	FICHA	FONTE	ANULAÇÃO	SUPLEMENTAÇÃO
<b>PMC</b>					
0201.041220022.002	3390.39.00	8	03	R\$ 1.500,00	
0301.0412201012.012	3191.13.02	15	00	R\$ 20.000,00	
0401.0412300142.019	3190.11.01	30	00	R\$ 61.000,00	
0401.0412300142.019	3390.39.00	39	03	R\$ 10.000,00	
0401.0412300142.019	3391.97.00	48	00	R\$ 250.000,00	
0501.2012200202.023	3190.11.01	55	00	R\$ 8.000,00	
0801.1212200462.047	3390.30.00	73	03	R\$ 8.060,22	
0801.1236500422.056	3190.11.01	130	00	R\$ 106.380,31	
0901.2712200332.066	3190.11.01	149	00	R\$ 15.808,00	
0901.2712200332.066	3390.30.00	151	04	R\$ 2.000,00	
1001.1512200392.076	3390.39.00	168	04	R\$ 16.360,77	
1001.1512200392.076	4490.52.00	172	04	R\$ 5.000,00	
2101.0412200912.120	3190.11.01	223	00	R\$ 10.000,00	
2301.2312200962.124	3190.11.01	239	00	R\$ 45.000,00	
2301.2369100972.127	3350.43.00	243	04	R\$ 13.000,00	
2301.2369100972.127	3390.39.00	247	04	R\$ 682,50	
0301.0412201012.012	3190.11.01	12	00		R\$ 177.977,55
0301.0412201012.012	3390.32.00	19	03		R\$ 1.500,00
0301.0412201012.012	3390.39.00	21	03		R\$ 18.060,22
0301.0412201012.012	3390.39.00	22	04		R\$ 20.000,00
0401.0412300142.019	3190.94.00	32	00		R\$ 15.808,00
0401.0412300142.019	3390.47.00	43	00		R\$ 43.187,16
0601.0309100212.033	3190.11.01	63	00		R\$ 36.923,20
0801.1236100512.046	3190.11.01	92	00		R\$ 126.479,83
0801.1236500422.048	3190.11.01	119	00		R\$ 115.812,57
1001.1512200392.076	3390.30.00	166	04		R\$ 7.050,61
2001.1312200922.118	3390.30.00	214	04		R\$ 9.310,16
<b>FMAS</b>					
1201.0824400502.091	3390.39.00	65	22	R\$ 608,87	
1201.0812200542.085	3390.36.00	67	04		R\$ 682,50
1201.0824400502.091	3350.39.00	70	22		R\$ 608,87
<b>FMS</b>					
1401.1012200602.071	3390.14.00	1	00	R\$ 500,00	
1401.1012200602.105	3390.36.00	15	00	R\$ 10.000,00	
1401.1030100932.168	3190.11.01	45	00		R\$ 10.000,00
1401.1012200602.105	3390.92.00	116	00		R\$ 500,00
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 583.900,67</b>	<b>R\$ 583.900,67</b>
Decreto nº 112/2021			ANULAÇÃO		

### DECRETO Nº 115/2021

**DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE NOVAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A CONTENÇÃO DO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE CORDEIRO E DE SUAS VARIANTES.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE CORDEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,**

**CONSIDERANDO os novos fatos desencadeados pela variante Delta do Covid-19 e seus desdobramentos, segundo alertas dos meios oficiais de comunicação e de saúde no sentido da reversão da tendência de quedas de casos de Covid-19; CONSIDERANDO o crescimento em internações de síndromes respiratórias e o aumento da média de atendimento nas unidades do Estado; CONSIDERANDO o aumento dos casos de Covid-19 mesmo em países adiantados em vacinação e o aumento dos óbitos em idosos vacinados ou que receberam apenas a primeira dose da vacina, mostrando a perda da**

**eficácia da vacinação em idosos; CONSIDERANDO o aumento de solicitações de internações de leitos de UTI e clínicos dando alerta de uma nova onda da doença; CONSIDERANDO documento expedido pela Secretaria de Saúde do Rio de Janeiro erigindo a capital do estado ao “epicentro” da variante Delta e pedindo mais leitos; CONSIDERANDO que o município de Cordeiro está com sinalização VERMELHA no Mapa de Avaliação de Risco do Estado do Rio de Janeiro;**

**CONSIDERANDO, a Classificação pela Organização Mundial da Saúde, no dia 11 de março de 2020, como pandemia da COVID-19; a portaria nº. 188, de 03 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde que dispõe sobre a emergência em Saúde Pública de Importância nacional em decorrência da COVID-19; a necessidade de adoção de ações coordenadas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública em âmbito Municipal, decorrente do COVID-19;**

**CONSIDERANDO a vida e a saúde como direitos fundamentais de primeira geração, e a preponderância de tais direitos na ponderação dos princípios constitucionais em face aos demais direitos constitucionalmente assegurados e CONSIDERANDO o dever da Administração Pública em tomar medidas preventivas visando a saúde e bem-estar da população, ainda que no cumprimento desse dever se veja obrigada, pelas circunstâncias, a fazer sacrifícios e a adotar medidas duras e impopulares na defesa de vidas;**

**CONSIDERANDO os casos positivos de COVID-19 em nosso Município, conforme relatório emitido em 20/08/2021 pela Coordenação do Centro de Atendimento ao COVID-19, que saltou, em uma semana, de 19 casos para 50 casos ativos;**

**CONSIDERANDO a necessidade da redução de circulação e aglomeração de pessoas, sem prejuízo da preservação dos serviços públicos e privados essenciais;**

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais editados para orientar e combater a proliferação da COVID-19;

CONSIDERANDO a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro da prorrogação de Calamidade Pública no Município de Cordeiro no dia 12/05/2021 em virtude da Pandemia de covid-19 até 31/12/2021, conforme Decreto Municipal nº 067/2021 e CONSIDERANDO ainda o Decreto Estadual n. 47.665 de 29/06/2021 que prorrogou o prazo de calamidade pública reconhecido pela Lei Estadual n. 8794/2020 até o dia 31 de dezembro de 2021

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica suspenso o funcionamento e a realização, até a data de 30 de Agosto de 2021, a contar da publicação deste Decreto, das seguintes atividades:

- I. Com a presença de público, ainda que previamente autorizadas, que envolvam aglomeração de pessoas, tais como: shows, passeatas, carreatas e afins.
- II. Aulas escolares em todas as unidades da rede pública e particular, inclusive cursos livres, de forma presencial.
- III. A realização de festividades em geral, torneios de qualquer espécie, shows, cavalgadas, encontros, seminários, congressos, passeatas, caminhadas, reuniões, além de outros eventos com características semelhantes.
- IV. Utilização de praças públicas e logradouros públicos, para montagem e instalação de qualquer equipamento ou brinquedo de entretenimento.
- V. Práticas esportivas nos campos de futebol e quadras esportivas, tanto públicas quanto particulares.

Art. 2º - As lideranças religiosas, independentemente de credo, deverão dar preferência para as transmissões on line dos cultos, missas, batizados e demais atos religiosos.

§ 1º - Fica autorizado o funcionamento dos templos e afins de forma presencial, respeitando o limite de ocupação na proporção de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do local, com distanciamento de 1 metro entre as pessoas e uso de máscara e álcool gel.

§ 2º - O líder religioso terá a responsabilidade pelo controle do disposto no parágrafo anterior.

Art. 3º - Fica proibida a circulação de pessoas nas ruas e vias públicas das 23h às 5h, ressalvado o deslocamento realizado, em caráter excepcional, para atender a eventual necessidade de tratamento de saúde emergencial, deslocamentos para atividades laborais devidamente comprovadas.

Art. 4º - A suspensão contida no artigo 1º deste Decreto não se aplica às seguintes atividades, com as ressalvas adiante elencadas:

- I. Farmácias;
- II. Mercados, açougues, peixarias, “hortifruti” e laticínios, que não funcionarão após as 20h, com capacidade de atendimento presencial a cliente reduzida a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, sendo vedada a permanência do cliente no interior do estabelecimento comercial para consumação dos produtos comercializados em tais estabelecimentos, responsabilizando-se o estabelecimento pelo controle de entrada;
- III. Comércio de gás, que não funcionará após as 20h;

IV. Comércio de água, que não funcionará após as 20h;

V. Padarias, que não funcionarão após as 21h;

VI. Postos de combustível;

VII. Funerária, que deverá seguir as seguintes orientações:

a) Os funcionários da funerária deverão utilizar Equipamentos de Proteção Individual – EPI visando a proteção da exposição a sangue, fluidos corporais infectados e superfícies ambientais contaminadas;

b) Os corpos com suspeita/confirmação de COVID-19 que saírem do Pronto Socorro Municipal deverão estar protegidos por sacos impermeáveis e biodegradáveis (que dissolvem na terra) com zíper frontal, os quais servem de barreira ao contato com fluidos e secreções evitando assim, a contaminação, tanto dos profissionais de saúde quanto de funcionários das funerárias que lidam com os corpos;

c) As notas de falecimento serão restritas a informar apenas o horário e o local do sepultamento;

d) Nos casos de morte de pessoas com suspeita/confirmação de COVID-19 não serão permitidos velórios, devendo o enterro ser imediato e/ou na primeira hora do dia, em caso de óbito em horário noturno;

e) O velório de pessoas cujo falecimento não seja por suspeita/confirmação de COVID-19, não poderá ultrapassar a duração de 3h (três horas) e deverá ser restrito a familiares do falecido, com fim de evitar aglomeração de pessoas;

f) Manter a urna funerária fechada durante todo o velório e funeral, evitando qualquer contato (toque/beijo)

com o corpo do falecido em qualquer momento post-mortem;

g) A funerária deverá fornecer e utilizar água, sabão, papel toalha e álcool em gel a 70% para higienização das mãos durante todo o velório;

h) A urna funerária deverá ser colocada em local aberto ou ventilado;

i) Não permitir a presença de pessoas que pertençam ao grupo de risco para agravamento da covid-19: idade igual ou superior a 60 anos, gestantes, lactantes, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos. Caso seja imprescindível, que fique o tempo mínimo possível no local e evite o contato físico com os demais;

j) Não permitir a presença de pessoas com sintomas respiratórios. Caso seja imprescindível, elas devem usar máscara cirúrgica comum, permanecer o mínimo possível no local e evitar o contato físico com os demais;

k) Não permitir a disponibilização de alimentos. Para bebidas, devem-se observar as medidas de não compartilhamento de copos;

l) A cerimônia de sepultamento não deve contar com aglomerado de pessoas, respeitando a distância mínima de, pelo menos, 1m (um metro) entre elas, bem como outras medidas de isolamento social e de etiqueta respiratória;

m) Fica determinado um limite máximo de 10 (dez) pessoas por sala de velório nesta Municipalidade, podendo haver revezamentos, mantendo-se este número de pessoas; para tanto, devem as funerárias adotar mecanismos de controle, bem como providenciar orientações quanto à necessidade de evitar contato físico entre os presentes;

- VIII. Bancárias e Lotéricas;
- IX. Banca de jornal, que não funcionarão após as 18h;
- X. Produção e distribuição de produtos de saúde, higiene, alimentos, que não funcionarão após as 21h;
- XI. Fornecimento de sinal de internet;
- XII. Atividades acessórias, consideradas essenciais ao suporte e a disponibilização de insumos necessários à cadeia produtiva, relativos ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais, como oficina mecânica em geral e borracharia, que não funcionarão após as 18h, sendo vedada, nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento comercial para espera da realização do serviço;
- XIII. Estabelecimentos de saúde como clínicas, consultórios e laboratórios, funcionarão obrigatoriamente com horários previamente agendados, vedados nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento para espera do atendimento em pé, uma vez preenchidas, de forma intercaladas, as vagas nas cadeiras/bancos de espera com o devido distanciamento de 1m de um para o outro;
- XIV. Clínicas, lojas veterinárias e comércio de ração animal, que não funcionarão após as 19h, sendo vedadas, nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento comercial para espera da realização do serviço;
- XV. Confecções de roupas, que não funcionarão após as 18h.
- XVI. Academias, centros de ginástica, artes marciais e estabelecimentos similares, funcionarão com

capacidade reduzida a 30% (trinta por cento) e não funcionarão após as 21h.

XVII. Salão de cabeleireiro, barbearia, centros de estética e estabelecimentos similares, que não funcionarão após o horário das 21h, com horários previamente agendados, vedados nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento para espera do atendimento em pé, uma vez preenchidas, de forma intercaladas, as vagas nas cadeiras/bancos de espera com o devido distanciamento de 1m de um para o outro.

XVIII. Lojas em geral, comércio varejista, casas de material de construção e estabelecimentos congêneres, que não funcionarão após as 19h;

XIX. Os estabelecimentos que trabalhem como restaurantes, bares, lanchonetes, distribuidoras de bebidas, quiosques, trailer, ambulantes e similares, o horário de funcionamento deverá ser feito até as 23h (vinte e três horas) - com exceção do delivery, que não tem limitação de horário -, vedada a entrada no estabelecimento após as 22h, permitido o consumo de bebida alcoólica no local desde que o cliente esteja sentado, com área de atendimento reduzida a 50% (cinquenta por cento) do número de lugares disponíveis para consumo de seus clientes, mantendo-se uma distância mínima entre as mesas de 1m, intercalando-se entre mesas vazias e ocupadas;

XX. atividades de qualquer natureza no modelo drive in, desde que as pessoas não promovam aglomeração fora de seus veículos, devendo ser respeitada a distância mínima de 1,5 metros entre os veículos estacionados, bem como sejam adotados os protocolos sanitários.

XXI. atividades desportivas individuais ao ar livre tais como ciclismo, caminhadas, montanhismo, trekking, bem como nos Parques Públicos;

XXII. estabelecimentos de hotelaria e hospedagem, com capacidade reduzida para 40% da lotação e funcionamento dos respectivos serviços de alimentação restrito aos hóspedes;

XXIII. Atividades industriais, que não funcionarão após às 22h.

XXIV . Clubes, que poderão funcionar até às 20h com a capacidade de utilização diária somente pelos sócios reduzida a 30% (trinta por cento) de sua capacidade, sem funcionamento de saunas e espaços de churrasqueiras, ficando a responsabilidade pelo controle e utilização do espaço na pessoa do representante legal do estabelecimento, ressaltando que o bar poderá observar o previsto no inciso XIX deste artigo;

XXV - Salões de festas e estabelecimentos similares, que poderão funcionar até às 23h, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento) da capacidade do espaço;

§1º - Todos os estabelecimentos elencados nesse artigo 4º e seus incisos deverão limitar a entrada dos clientes de modo a não gerar aglomeração e dar preferência a atendimento por delivery, com o fito de se evitar a proliferação do coronavírus, além de:

I. Intensificar a limpeza no estabelecimento, além de higienizar periodicamente balcões, mesas, computadores, teclados, etc. bem como todos os materiais de trabalho com álcool 70º INPM;

II. Orientar para a manutenção de distância de 01 (um) metro entre funcionários e clientes/pacientes fixado pela Organização Mundial de Saúde;

III. Disponibilizar para seus funcionários álcool gel 70º INPM e equipamentos de proteção individual como

máscara e luvas, como também disponibilizar para uso dos clientes álcool gel 70º INPM;

IV. Implementar medidas de prevenção de contágio por COVID-19, com a oferta de material de higiene e instrumentos adequados à execução do serviço, orientando seus empregados sobre a necessidade de manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho, conforme recomendações do Ministério da Saúde e das Secretarias de Estado e Municipais da Saúde e;

V. O ambiente de trabalho deverá ser arejado, com janelas abertas, portas abertas, sendo proibido o local ser fechado para uso exclusivo de ar condicionado.

VI. Controlar o fluxo de pessoas que acessam o estabelecimento e fiscalizar a distância mínima de 1 (um) metro entre as pessoas tanto internamente quanto externamente, a fim de evitar aglomeração.

VII. Divulgar informações acerca do COVID-19 e das medidas de prevenção.

§2º. Fica proibida a aglomeração de funcionários e de clientes/pacientes no interior de todo e qualquer estabelecimento comercial, devendo o acesso ao seu interior ser rigorosamente limitado e controlado pelo dono do estabelecimento, que deverá adotar medidas visando o controle da entrada e saída de clientes/pacientes, instalar barreiras na entrada, cuidar para que seja respeitada a distância mínima entre as pessoas, seja as que estejam em atendimento, seja nas filas que porventura se formem, sob pena de responsabilização do dono ou gerente do estabelecimento comercial que descumprir essa determinação.

§3º. Os proprietários do estabelecimento e na sua ausência o gerente ou responsável que se fizer presente no local serão responsabilizados civil e criminalmente



pelo descumprimento das normas estabelecidas, sem prejuízo da cassação do alvará de funcionamento.

§4º. Os estabelecimentos comerciais acima mencionados deverão cumprir as regras de higienização, de proibição de aglomeração e restrições estabelecidas neste Decreto, bem como, proibir o acesso de pessoas no interior do estabelecimento comercial sem máscara.

§5º. Nas instituições bancárias e lotéricas o atendimento ao público deverá ser limitado, de forma que se evite a aglomeração e filas nestes estabelecimentos, devendo ser observados os protocolos de higienização de caixas eletrônicos, terminais de atendimento, portas, maçanetas e demais equipamentos, sempre respeitando a distância mínima de 01 (um) metro entre as pessoas, seja no interior ou exterior do estabelecimento, inclusive quando a formação de fila for a única opção ao atendimento do público.

§6º. A responsabilidade pela organização da fila conforme a regra contida neste decreto é do proprietário do estabelecimento e na sua ausência do gerente ou responsável pelo estabelecimento comercial e/ou instituição financeira.

§7º. Como forma de auxiliar as práticas de isolamento social e evitar o avanço da propagação do coronavírus recomenda-se a utilização do sistema de pedidos por telefone, mensagens ou aplicativos delivery, sendo realizada entrega do produto ou recebimento de parcelas por representantes do estabelecimento comercial no endereço fornecido pelo cliente, com o fim de evitar que esse precise se deslocar, respeitada a restrição de circulação de pessoas em vias públicas no horário das 23h às 5h.

Art.5º - Fica permitido o serviço de táxi, desde que o veículo trafegue com as janelas abertas, e o motorista utilize máscara e forneça álcool gel 70º INPM aos

passageiros, que também deverão estar usando máscara durante o trajeto.

Parágrafo único - O não cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto acarretará a suspensão provisória das respectivas licenças, de ofício, sem prejuízo das penalidades legais cabíveis.

Art.6º - Fica autorizado o funcionamento de Escritório de Advocacia, Contabilidade e Corretoras de Imóveis, atendendo 01 (um) cliente por vez, com horários previamente agendados, sendo vedada, nesses casos, a permanência do cliente no interior do estabelecimento para espera do atendimento.

Art.7º - O atendimento presencial nas repartições públicas municipais deverá ocorrer de forma restrita, com uso de máscara, sem aglomeração, dando-se preferência sempre que possível ao atendimento remoto, ou seja, via telefone ou meio similar.

Art. 8º - Os serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Defesa Civil, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito, Secretaria de Administração, Secretaria de Governo e Gabinete do Prefeito, no momento, não serão afetadas, porém, deverão atender à proibição de aglomeração, bem como cumprir a determinação para uso obrigatório de álcool em gel 70º INPM, máscara e outros equipamentos de proteção individual que se fizer necessário.

Art. 9º – Mantém-se obrigatório o uso de máscara em todas as repartições públicas e privadas, bem como nas vias públicas do Município de Cordeiro.

Art. 10 . O descumprimento do disposto neste Decreto, acarretará:

**I – Às Pessoas Jurídicas:**

a) multa administrativa às pessoas jurídicas no valor correspondente a 200 (duzentos) UFIR-RJ por cada autuação, equivalente a R\$740,00 (setecentos e quarenta reais), sendo o seu valor duplicado em caso de reincidência, podendo ser multiplicada até 5 (cinco) vezes em caso de descumprimento reiterado, nos termos do artigo 5º da Lei Estadual nº 8.859 de 03 de Junho de 2020 do Rio de Janeiro;

b) Interdição imediata pelo prazo de 15 (quinze) dias;

c) Cassação do Alvará;

d) Fechamento compulsório pelas autoridades competentes.

**II – Às pessoas físicas:**

a) advertência;

Parágrafo único. Os valores decorrentes das multas deverão ser recolhidos ao Fundo Estadual de Saúde a serem aplicados nas ações de combate do novo Coronavírus, causador da COVID-19.

Art. 11 - As medidas adotadas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo, de acordo com recomendação editada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela Organização Mundial de Saúde e pelo Governo Federal.

Art. 12 - A Guarda Municipal e a Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições contribuirão para o cumprimento integral das disposições contidas neste Decreto, podendo inclusive, solicitar auxílio de força policial para tanto.

Art. 13 - Os casos omissos neste Decreto, serão analisados pelo Gabinete de Crise do Município de Cordeiro.

Art. 14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº. 101/2021, 104/2021 e 107/2021.

Gabinete do Prefeito, 20 de Agosto de 2021.

**LEONAN LOPES MELHORANCE**

Prefeito

---